

ESTATUTOS DA APTRAD – Associação de Profissionais de Tradução e de Interpretação

DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADES E DURAÇÃO

Artigo 1º

(Denominação)

A Associação de Profissionais de Tradução e de Interpretação é uma associação sem fins lucrativos que adota a denominação APTRAD – ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TRADUÇÃO E DE INTERPRETAÇÃO, e a sigla APTRAD.

Artigo 2º

(Sede)

1 - A APTRAD tem sede na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras n.º 98, 3º Andar C, 4470-157, na Maia, Freguesia da Maia, concelho da Maia.

2- É permitido criar, manter e/ou dissolver delegações e quaisquer outras formas de representação noutras cidades do país e/ou estrangeiro.

Artigo 3º

(Finalidades)

1 - A APTRAD é uma associação que congrega profissionais que operam no âmbito da tradução e da interpretação, em todas as suas modalidades, cujo denominador comum é a língua portuguesa, como língua de partida e/ou de chegada e nas suas diversas variantes.

2 - A APTRAD tem como finalidade a promoção da atividade e o apoio aos seus associados.

Artigo 4º

(Duração)

A Associação é uma entidade privada com carácter permanente e duração indeterminada.

DOS ASSOCIADOS

Artigo 5º

(Admissão, Suspensão, Cancelamento de Inscrição e Exclusão)

As condições de admissão, suspensão, cancelamento de inscrição e exclusão dos associados, suas categorias e respetivos direitos e deveres constam de Regulamento interno próprio, a aprovar em Assembleia Geral.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Artigo 6º

(Órgãos)

1 - São órgãos da APTRAD:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direção;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Ético e Deontológico

2- O mandato dos titulares dos órgãos estatutários é de três anos.

Artigo 7º

(Da Assembleia Geral)

- 1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
- 2. A Assembleia Geral é um órgão deliberativo.

Artigo 8º

(Da Direção)

- 1. A Direção é o órgão executivo da Associação a quem compete a gestão administrativa e financeira da APTRAD, bem como a representação em juízo e fora dele.
- 2. É composta por: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral, Secretário e Tesoureiro, devidamente eleitos.
- 3. A APTRAD obriga-se com a assinatura conjunta de dois dos três seguintes titulares: Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro.

Artigo 9º

(Do Conselho Fiscal)

- 1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Secretário e um Vogal, devidamente eleitos;
- 2. Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização das contas apresentadas pela Direção, das quais emitirá parecer para a Assembleia Geral.

Artigo 10º

(Do Conselho Ético e Deontológico)

- 1. O Conselho Ético e Deontológico é o órgão da Associação com competências disciplinar sobre os seus membros e consultiva em questões de natureza ética e deontológica.

2. É composto por um elemento de cada Instituição de Ensino Superior com quem a Associação, na prossecução dos seus objetivos, estabelece protocolos de colaboração e terá um mínimo de três e um máximo de sete elementos que, entre si, escolhem um Presidente, no início de cada mandato.

DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Artigo 11º

(Deontologia Profissional)

1. Os Associados da APRAD, no exercício da sua atividade profissional, estão comprometidos com um conjunto de princípios, valores e práticas em ordem a um exercício digno da profissão.
2. O conjunto de princípios e regras de natureza ética e deontológica, a observar pelos Associados da APTRAD, constam de Código integrador dos mesmos, a aprovar em Assembleia Geral.

AÇÃO DISCIPLINAR

Artigo 12º

(Regime)

1. Os Associados da APTRAD estão sujeitos ao poder disciplinar da Associação.
2. A legitimidade da participação, a competência e a instauração do procedimento disciplinar, a natureza das sanções, sua graduação, recurso das decisões e execução das mesmas constam de Regulamento interno da Associação, a aprovar em Assembleia Geral.

RECEITAS DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 13º

(Das Receitas)

Constituem receitas da APTRAD:

- a) A joia de inscrição e o produto das quotizações dos seus associados, fixados em Assembleia Geral;
- b) O produto eventual da atividade social, da realização de eventos, cursos e formações;
- c) O produto de publicações;
- d) O produto de acordos e convénios com entidades públicas e privadas, para atuação em projetos de interesse comum;
- e) Em geral, quaisquer rendimentos, contribuições, benefícios, donativos, heranças ou legados e subsídios permitidos por lei;
- f) Os juros de aplicações financeiras sem risco de capital e/ou de depósitos a prazo.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 14

(Omissões)

1. Os casos omissos no presente estatuto serão propostos à Assembleia Geral, para deliberação, nos termos e de acordo com a legislação em vigor.
2. Qualquer artigo do presente estatuto que venha, por força da lei, a tornar-se nulo ou anulável, será objeto de revisão e consequente alteração nos termos das disposições em vigor.

Artigo 15º

(Dissolução)

1. A Associação só poderá ser dissolvida:
 - a) Por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para o efeito, com maioria de três quartos dos votos dos associados que a compõe, mediante proposta unânime da Direção;
 - b) Por deliberação de, pelo menos, três quartos dos associados;
 - c) Por impossibilidade prática de a Associação atingir o seu fim e de funcionar nos termos estatutários.
2. Em caso de dissolução da Associação, o modo e a destinação do remanescente do seu património, a existir, será fixado em Regulamento interno, a aprovar em Assembleia Geral.

Maia, _____ de março de 2025